



## MULHERES NA FILOSOFIA

---

# Ondas do Feminismo

Ilze Zirbel

---



Edição eletrônica

URL : <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/ondas-do-feminismo/>

ISSN: 2526-6187

*Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia, V. 7, N. 2, 2021, p. 10-31.*

# Ondas do Feminismo

Ilze Zirbel

Doutora em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina

## A metáfora da onda

No ano de 1968, a feminista Martha Weinman Lear escreveu um pequeno artigo em um famoso jornal dos estados Unidos (New York Times) com o título “A segunda onda feminista”. No texto, Lear fazia referência à luta de milhares de mulheres pelo direito de votar, no final do século XIX e início do XX, como uma espécie de onda de feminismo e anunciava que outra havia se formado ou estava em formação. Algumas décadas depois, Rebecca Walker (1992) publicou o ensaio “Tornando-se a terceira onda”, no qual defendia que as lutas feministas estavam longe de acabar e comprometia-se em seguir com elas. A metáfora das ondas consolidou-se, então, como forma de nomear momentos de grande mobilização feminista.

Inicialmente, as narrativas sobre as ondas privilegiaram a ação de feministas brancas da classe média estadunidense e ativistas brancas inglesas e francesas. Ou, pelo menos, estas foram as narrativas que mais se espalharam. E elas podem e devem ser contestadas, como veremos ao longo deste verbete, uma vez que ocultam a forte atuação das mulheres da classe operária e das mulheres negras – para dar apenas dois exemplos – dentro e fora dos limites fronteiriços desses países. Sem elas, as ondas não teriam sido realmente ondas, pois não haveria força suficiente para fazer a pressão necessária às mudanças que reivindicavam.

Por muito tempo, também, a metáfora da onda foi usada para dar visibilidade a certas pautas ou momentos históricos específicos. Tais momentos representariam o “ponto alto” ou de maior força de cada onda. No entanto, assim como uma onda

marítima é formada por um conjunto de fenômenos, podemos pensar as ondas do feminismo de maneira mais orgânica e não como algo que desponta, repentinamente, na realidade social e, certo tempo depois, desaparece. Podemos pensá-las de maneira mais contínua, geradas pela ação de milhares de mulheres, de diferentes locais, etnias, gerações e visões de mundo. É desta maneira que serão descritas aqui.

### **As ondas feministas**

Podemos abordar a temática das ondas partindo de diversos pontos, questionando, inclusive, quem foram suas protagonistas, em quais locais despontaram, qual tempo histórico, com quais demandas e qual a duração de cada uma. As respostas não são simples e são constantemente enriquecidas com novos dados e narrativas oriundos de pesquisas e discussões feministas.

Um estudo mais amplo das lutas feministas pelo mundo e ao longo do tempo nos mostra que mulheres de variadas etnias e classes, de diferentes gerações, nacionalidades, orientação sexual, constituição física (etc.) estiveram em diálogo umas com as outras ao longo dos séculos, embora nem sempre tenham articulado o mesmo conjunto de prioridades ou concordado entre si (Molony e Nelson, 2017). Além disso, uma variedade de perspectivas marcou e marca o que hoje chamamos de feminismo, uma vez que suas protagonistas enfrentaram variadas formas de opressão e marginalização.

Nenhuma onda formou-se por conta de uma única perspectiva ou por meio da ação de um único grupo, ainda que, em algum dado momento, vários grupos de mulheres tenham decidido lutar em conjunto para potencializar algum ponto presente em suas pautas. Este é considerado o caso das manifestações sufragistas do final do século XIX e início do século XX. Muitos dos grupos que impulsionaram as manifestações formaram-se na segunda metade do século XIX, ganhando as ruas em vários países dali em diante.

Em geral, afirma-se que o ocidente vivenciou pelo menos três momentos de grande movimentação e articulação feminista não restritos a um único espaço geográfico e que poderiam ser chamados de ondas feministas, em uma perspectiva mais global. A primeira dessas ondas formou-se na segunda metade do século XIX, em diferentes países, impulsionando inúmeras demandas até o início da I Guerra Mundial, quando milhares de mulheres viram-se obrigadas a lidar com a devastação e os problemas gerados pelos contextos da guerra. A segunda onda despontou em meados da década de 1960, intensificando-se na década de 1970 e espalhando-se por vários contextos sociais nas décadas seguintes. Quanto à terceira onda, há controvérsias sobre a sua periodização e caracterização. Essa controvérsia implica a existência ou não de uma quarta onda. De qualquer forma, no início do século XXI tornou-se perceptível, em vários pontos do globo, uma nova onda feminista, seja ela a terceira ou a quarta onda, e cujos efeitos e rumos ainda não são de todo conhecidos. Trataremos dessa questão na última parte deste texto.

### **A primeira onda**

A primeira grande onda feminista, de um ponto de vista mais global, é identificada com os movimentos em massa de mulheres que irromperam na cena pública de vários países no final do século XIX e início do século XX, identificados com a luta pela isonomia e pelo sufrágio (voto). Tal identificação é correta, mas, igualmente, reducionista, uma vez que deixa de apontar a riqueza das pautas e lutas de inúmeros grupos de mulheres daquele período.

As mudanças políticas, jurídicas e trabalhistas que vinham ocorrendo na Europa no início da modernidade estabeleceram sociedades chamadas de democráticas que beneficiaram, no entanto, pequenos grupos de homens brancos e donos de propriedades em detrimento do restante da população. Tais grupos estabeleceram as regras dos mais variados setores sociais e negaram a todas as

mulheres a possibilidade de tomarem decisões em qualquer âmbito da vida social e, conseqüentemente, sobre suas próprias vidas.

Um sistema econômico pautado na valorização do capital e na exploração da mão de obra da população foi igualmente estabelecido, o capitalismo. Tal sistema beneficia-se do trabalho gratuito das mulheres nos núcleos familiares e da diferença salarial entre os sexos para gerar e ampliar lucros. A sociedade e os indivíduos dependem do trabalho doméstico e das variadas atividades de cuidado realizadas pelas mulheres, mas não lhes atribuem valor.

Exploração e controle da vida, das atividades e da sexualidade das mulheres veio a ser a regra, mantida pelos discursos religiosos, filosóficos, econômicos e políticos da Europa no século XIX. A indignação das mulheres aumentou e a idéia de “feminismo” como uma luta de mulheres contra injustiças e por melhoria das suas condições de vida foi se impondo (Fraisse, 1989; Offen, 1988).

O que hoje chamamos de primeira onda feminista foi se formando aos poucos em muitos países da Europa e das Américas, assim como da Austrália, Nova Zelândia, Rússia, Bulgária, Ucrânia, Hungria, Tchecoslováquia, etc. E essa formação deu-se em meio a um processo intenso de lutas, materializadas em associações de mulheres, panfletagens, publicações em jornais, manifestações, greves, congressos, passeatas.

Os temas de discussão e as reivindicações das feministas eram bastante diversos e diziam respeito à autodeterminação sexual, ao acesso a algumas profissões e melhorias das condições de trabalho assalariado, ao acesso à educação formal e a um currículo escolar que não fosse voltado às atividades domésticas, à reforma do direito matrimonial (que subjugava as esposas aos maridos, permitia a expropriação dos bens das mulheres pelos esposos e um tratamento desigual diante do adultério, impossibilitava o divórcio etc.) dentre outros. Muitas feministas também estiveram envolvidas em outros movimentos sociais defendendo causas socialistas ou liberais,

anarquistas, religiosas, higienistas, pacifistas, anti-escravistas etc. (Offen, 1988; Briatte, 2016; Bard, 2017; Rochefort, 2018).

Várias organizações e congressos internacionais foram criados, como a Aliança Internacional para o Sufrágio Feminino e o Conselho Internacional de Mulheres, que chegou a ter 7 milhões de membros distribuídos por 24 países.

No final do século XIX e início do século XX era possível encontrar grupos de mulheres que se intitulavam feministas 'cristãs', 'socialistas', 'familiares', 'católicas' ou mesmo 'homens feministas' (Turgeon, 1902; Offen, 1988). De igual forma, um termo equivalente a feminismo aparecia em textos árabes (Badran e Cooke, 1990).

Manifestações públicas organizadas por mulheres também ocorriam fora do eixo EUA-Europa. Na cidade do Cairo, por exemplo, em março de 1919 ocorreu a “marcha das mulheres veladas”, de cunho anti-colonial. Quatro anos depois a União Feminista Egípcia foi criada para lutar pela reformulação das leis civis, pela educação das mulheres e pelo voto (Rachidi, 2019).

Apesar de não formarem um grupo homogêneo e defenderem diferentes opiniões políticas, milhares de mulheres, em diferentes países e momentos distintos, em um dado momento, uniram-se em torno da luta pelo sufrágio. Por meio dela, pretendia-se acessar direitos civis básicos. Em alguns países, as manifestações de rua alcançaram números impressionantes, como ocorreu na Inglaterra em 1908 onde 500 mil mulheres reuniram-se no Hyde Park; nesse país foi formado, no ano seguinte, um movimento de homens anti-sufrágio e mais de mil mulheres entraram em greve de fome para pressionar as mudanças nas leis vigentes (Museum and Heritage, 2018).

É comumente afirmado que as protagonistas da primeira onda eram mulheres de classe média. No entanto, a maioria das manifestantes presentes nas grandes manifestações que deram visibilidade a essa onda era da classe trabalhadora, lutando contra as péssimas condições de vida e trabalho a que estavam submetidas. Em comum, partilhavam com as feministas de outras classes a esperança de que, uma vez

obtido o direito de votar e o acesso aos lugares de decisão política, seria possível alterar as leis e instituições que as exploravam e oprimiam como mulheres e como trabalhadoras.

As guerras desencadeadas entre diversos países durante a segunda década do século XX afetaram as pautas e mobilizações feministas nos países envolvidos, arrefecendo suas lutas. No entanto, na América Latina, em países como o Brasil, Chile, Argentina, México, Peru e Costa Rica, distantes do *front* de guerra e nos quais também havia sido iniciada uma luta pelo sufrágio, muitos grupos seguiram focados nessa luta e em suas pautas locais.

### **A segunda onda**

No período das duas guerras mundiais, milhares de mulheres assumiram postos de trabalho considerados masculinos, tanto na Europa quanto nos EUA. Atuaram como bombeiras, mineiras, condutoras de transporte público, mecânicas, metalúrgicas, além de produzirem alimentos, atuarem na indústria têxtil e no campo da saúde. No intervalo entre as guerras, políticas natalistas foram implementadas e o tema da maternidade ocupou um lugar central nas discussões públicas e feministas de muitos países, dividindo opiniões. As lutas feministas ora avançavam, ora estagnavam.

Após a segunda guerra, alguns Estados cederam à pressão das mulheres e reconheceram-lhes alguns direitos, como o de votar (França, 1944; Itália, 1945; Bélgica, 1948; Croácia e Eslovênia 1945; Albânia, 1946; Iugoslávia, 1947). Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos reconheceu a igualdade entre os sexos, assim como a igualdade entre os cônjuges. No entanto, campanhas foram realizadas para convencer as mulheres, em especial as de classe média e brancas, a retomarem suas posições de esposas submissas e 'do lar'. Além disso, as instâncias decisórias (na política, nas

igrejas, nas indústrias, nas ciências, na justiça, etc.) seguiam sob o controle de homens, na maioria brancos e com maior poder aquisitivo.

Em muitos países da África, do Caribe e do sudoeste asiático, lutas por emancipação do jugo colonialista intensificaram-se, resultando na independência de muitos deles. Na década de 1960, os líderes políticos dos Estados Unidos e as parcelas mais racistas e sexistas da população estadunidense foram sacudidas pela luta pelos direitos civis, protagonizada por uma grande parte da sua população (mulheres e negros). Na América Latina, por sua vez, golpes de Estado deram origem a governos militares e ditatoriais.

Paralelamente, algo inédito ocorria nos países que investiram em um projeto de ensino universal e no qual inúmeras mulheres haviam se inserido: uma nova geração de moças minimamente ou muito instruídas circulava por essas realidades sociais. Livros e textos com conteúdo feminista atingiam um número crescente de pessoas. Estudos sobre as mulheres e Estudos Feministas começavam a ser organizados, propondo novos temas e questionando os conteúdos tradicionais.

A obra *O segundo sexo*, publicada por Simone de Beauvoir em 1949 e traduzida para outras línguas, circulava. Nela evidenciava-se o fato de alguns intelectuais homens terem designado a si mesmos como representantes da humanidade e definido “a mulher” como algo diferente de si e inferior. Além disso, Beauvoir denunciava ser produto da dominação masculina aquilo que se acreditava ser a essência de uma mulher. Em 1963, Betty Friedan publicou *A mística feminina*, apontando o papel da publicidade e do sistema educacional no convencimento e restrição das mulheres às tarefas domésticas. Friedan discutia, igualmente, o “mal que não tem nome”, vivido como um sentimento de perda de sentido da vida e identidade pelas mulheres restritas ao modelo da mulher “do lar”. O livro foi editado inúmeras vezes e traduzido para outras línguas. Nas décadas seguintes houve uma explosão de livros e textos



feministas em vários países, abordando temas distintos e variados. A arte feminista também irrompeu na forma de filmes, músicas, peças de teatro, instalações...

A ideia de que a sororiedade entre mulheres era algo necessário e importante começou a difundir-se. Kathie Sarachild a defendeu em um panfleto de 1968 contendo um discurso para a primeira ação pública do grupo “Mulheres Radicais de Nova York”. Nele, cunhou a expressão “a irmandade de mulheres é poderosa” (*sisterhood is powerful*). Dois anos depois, Robin Morgan editou uma coletânea de textos feministas sob esse título, disseminando de vez essa expressão quanto a idéia contida nela.

Durante as décadas de 1970 e 1980, milhares de mulheres ressurgiram na cena pública dos Estados Unidos e da Europa, nos mais variados contextos, com organizações feministas locais, estaduais e federais criadas ou fortalecidas naquele período. Um importante jornal da França noticiou que “Por toda a Europa Ocidental, de maneira simultânea, por mais de dois anos, na Inglaterra, Holanda, Suécia, Dinamarca, Alemanha, França e agora na Itália, grupos de mulheres se formaram espontaneamente para pensar em maneiras de lutar contra a sua opressão” (*La Liberation*, 1970).

Em outras partes do mundo, o colonialismo havia relegado, por meio de suas leis e políticas, a uma condição de inferioridade as mulheres dos países que explorava, além de ter forjado uma separação entre as esferas pública e privada (Nakayi, Twesiime-Kirya e Kwagala, 2005, p. 267). Inúmeros grupos de mulheres organizaram-se e, em meio às lutas anti-coloniais, questionaram o sexismo e o racismo a que eram submetidas (Blain, 2016; Monqid, 2016).

As ditaduras militares implantadas na América Latina (Paraguai, Uruguai, Argentina, Chile, Peru, Bolívia, Guatemala, República Dominicana, Brasil), intensificaram o conservadorismo e a violência, assim como a censura. Reuniões públicas foram proibidas ou eram vigiadas, impedindo a organização de muitos grupos. Por conta disto, a luta contra a ditadura foi um dos elementos centrais dos

feminismos latino-americanos, assim como a luta por melhoria das condições materiais da vida das mulheres (creches, transporte público, luta contra a carestia etc.).

Como consequência das mobilizações protagonizadas em dezenas de países, a Organização das Nações Unidas decretou o ano de 1975 como o “Ano Internacional da Mulher” e a cidade do México foi escolhida para realizar a Primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres. No ano seguinte estabeleceu-se a Década das Mulheres (1976-1985) para enfrentar as profundas desigualdades entre os sexos no campo da educação, da política, dos direitos civis, do acesso ao trabalho, das atividades domésticas. O fato repercutiu em muitos países, inclusive no Brasil, onde grupos de mulheres fizeram avançar questões feministas mesmo sob a vigilância dos órgãos estatais da ditadura militar (Zirbel, 2007 e Tabak, 1985).

Grupos de conscientização e atividades coletivas foram organizados em praticamente todos os continentes a fim de apoiar mulheres e motivá-las à lutar por melhorias de suas condições de vida. As pautas dos grupos foram ricas e diversas: anticolonialismo, luta anti-racista, valorização do trabalho doméstico, segurança no trabalho, educação, creches, licença-maternidade, lesbianismo, direitos reprodutivos (acesso a métodos contraceptivos, direito a aborto seguro, lutas contra programas de esterilização compulsória de mulheres negras e pobres), violência doméstica, assédio, estupro, etc. Em meio a essa diversidade, é possível perceber dois pontos comuns, como bem pontuou Jo Freeman (1972): a crítica feminista da sociedade e a ideia de opressão.

Em sua crítica à sociedade, os variados feminismos partiam da premissa de que mulheres e homens possuem as mesmas capacidades humanas e deveriam, por isso, ser igualmente respeitados e ter os mesmos direitos sociais, o que não ocorria. Havia, ainda, o forte sentimento de que as opressões vivenciadas nos espaços privados se entrelaçavam com as desigualdades e opressões políticas. O slogan “O Pessoal é

Político”, cunhado por Carol Hanisch em um texto de 1969, exemplificava a consciência desse fenômeno.

No plano da ação, a ideia geral passará a ser: libertar-se da opressão. No entanto, para as diferentes mulheres, em suas diferentes posições sociais e experiências de vida, a opressão era vivenciada de maneiras distintas. Para muitas, a libertação no plano da sexualidade (poder ter prazer, ter mais de um parceiro sexual ou expressar sua homoafetividade, por exemplo) era central e urgente. Para outras, a questão da opressão estava atrelada ao casamento e ao universo doméstico, assim como a impossibilidade de estudar ou ter uma profissão. Para milhares de trabalhadoras, no entanto, o cerne do problema seguia sendo o sistema econômico que as explorava: o capitalismo. E para a maioria delas, o racismo intensificava ainda mais a situação.

No cenário europeu e estadunidense, formas de interpretar as causas das diferentes opressões e a melhor maneira de enfrentá-las deram origem a diferentes reflexões e práticas feministas. O feminismo radical, o feminismo socialista e o feminismo liberal costumam ser identificados como as três grandes linhas de elaboração teórica da segunda onda, o que é verdadeiro apenas em parte, uma vez que feministas negras, latinas, lésbicas, anarquistas e ecologistas também estavam produzindo suas ferramentas teóricas e reflexões sobre a realidade.

Para as feministas radicais da década de 1970, a raiz da opressão das mulheres estava no patriarcado, um sistema de crenças e organização da sociedade em que os homens, enquanto categoria social, exercem poder e dominação sobre todas as mulheres, explorando-as de diversas maneiras. A família e o papel da mulher na procriação seriam a fonte primária da subordinação feminina (Millet, 1971).

Por sua vez, as feministas socialistas e marxistas apontavam o capitalismo como o sistema responsável pela exploração e opressão, identificando o advento da propriedade privada como a base da opressão das mulheres, implicando a sua

subordinação dentro da família e a exploração tripla de suas capacidades produtivas: na reprodução de seres humanos, nas atividades domésticas e na força de trabalho.

Apesar de nenhum grupo de feministas identificar-se como 'feminista liberal' no início da segunda onda, esta terminologia passou a ser utilizada na década de 1980. Ela designou feministas ou grupos de mulheres que lutaram por mudanças político-jurídicas-culturais como forma de enfrentamento da opressão e que acreditavam que a liberdade (sexual, do domínio masculino no casamento, na escolha de modos de viver, etc.) era essencial, podendo ser alcançada por meio da ação estatal e com políticas que atendessem às necessidades das mulheres (punindo a violência, criando apoios à maternidade, eliminando a desigualdade salarial).

Muitas feministas negras e latinas da segunda onda apontaram para o entrelaçamento de diversas formas de opressão que incluíam o racismo e a exploração dos corpos de pessoas racializadas. Assim, o Coletivo Combahee River (1974), para dar apenas um exemplo, argumentava que a libertação das mulheres negras implicaria a liberdade de todas as pessoas, uma vez que exigia o fim do racismo, do sexismo e da opressão de classe. O coletivo assumia o compromisso de “lutar contra a opressão racial, sexual, heterossexual e classista”, tendo como tarefa “o desenvolvimento de uma análise e uma prática integradas, baseadas no fato de que os maiores sistemas de opressão se encadeiam” (La Colectiva, 1977/1988).

Feministas lésbicas, por sua vez, questionavam a imposição da heterossexualidade como norma e refletiam sobre a sua relação com o patriarcado, o capitalismo e o colonialismo. A heterossexualidade, assim como a heterossexualidade, foram tidas como aspectos de um hetero-poder a ser confrontado e resistido (Rich, 1986, p. 23). Nesse sentido, o lesbianismo era uma resposta política à opressão e à alienação produzidas por esse hetero-poder e suas instituições sociais. Alguns grupos propuseram a criação de comunidades separatistas a fim de implantar uma vida livre da dominação masculina.

Uma reflexão de cunho ecofeminista também é perceptível no período, estabelecendo conexões entre a opressão das mulheres e a exploração da natureza. Entre essas conexões estava um sistema de pensamento dualista, racionalista e hierárquico que opera por meio de oposições que posicionam as mulheres, a natureza e os povos nativos de um lado (considerados inferiores) e os homens, a cultura e os colonizadores de outro (considerados superiores).

### **A terceira onda?**

Nos EUA, durante a década de 1980, a mídia começou a rotular mulheres adolescentes e na casa dos vinte anos como uma geração “pós-feminista”, que desfrutava de certos ganhos sociais (acesso à educação, a diferentes tipos de emprego...), dando a entender, igualmente, que os objetivos do feminismo haviam sido alcançados. Sob esta ótica, o feminismo deixava de ser algo necessário. O ensaio de Rebecca Walker (1992), no entanto, documentava o sexismo persistente do início dos anos 1990 e convocava as jovens a se unirem à luta feminista. Nesse sentido, ela invocava uma terceira onda, ao mesmo tempo que identificava-se com ela. A partir dali, feministas estadunidenses passaram a descrever as décadas seguintes como pertencentes a esta terceira onda.

É comum descrever a nova fase, pelo menos nos EUA, como marcada por discussões e disputas internas, contrastando com as décadas anteriores, que teriam agrupado diferentes grupos de mulheres em torno de uma identidade comum (de mulher). No entanto, essa narrativa simplifica as discussões e os debates que acompanham a história do feminismo, ao mesmo tempo que fixa a crítica racial e sexual protagonizada por inúmeras mulheres em uma década específica.

Como pontuou Claire Hemmings (2009, p. 216), a desconstrução da categoria mulher não é algo que ocorre a partir dos anos 90, mas é uma das preocupações mais duradouras para a maioria das feministas, de distintas épocas. Confrontos e discussões

entre feministas sobre o que hoje chamamos de 'pautas identitárias' (ou sobre a definição de mulher) acompanharam o feminismo desde antes da primeira onda. No entanto, esse fato foi apagado ou minimizado por meio da ação da mídia, que sempre deu destaque para as experiências e narrativas de mulheres brancas de classe média, como apontou hooks (hooks, 2015 e 2018, cap. 2).

Feministas latinas, negras, revolucionárias, proletárias, lésbicas, pró-sexo, antipornografia (dentre outras) fomentaram o debate feminista por todo o século XX, evidenciando a grande diversidade do feminismo (de indivíduos, grupos, pautas, estratégias). É possível dizer que, com o avanço das novas tecnologias da comunicação, esses grupos conquistaram maior visibilidade no início da década de 1990, ao lado das feministas brancas e de classe média que as mídias tradicionais colocavam em evidência. Além disso, as ferramentas conceituais elaboradas na década anterior, como os conceitos de gênero, interseccionalidade, consubstancialidade do poder, conhecimento situado, e vários outros, ultrapassavam as barreiras da academia, onde haviam sido cunhados.

Questões que eram pensadas em pequenos grupos (como os problemas atrelados ao capacitismo e ao etarismo ou enfrentados por pessoas trans e feministas comunitaristas e indígenas) entraram na pauta de variados grupos de feministas. As ferramentas teóricas possibilitaram um aprofundamento da análise das variadas e simultâneas formas de opressão vivenciadas por uma mesma mulher, assim como da questão das diferenças e da diversidade internas ao movimento feminista. As novas mídias, por sua vez, possibilitaram a disseminação dessas análises e ideias para além das fronteiras locais de uma maneira acelerada.

Ao invés de pensar o que ocorria nos grupos de mulheres (feministas ou não) do final do século XX como uma terceira onda do feminismo, podemos pensar esse fenômeno como formativo da terceira onda, que surge uma ou duas décadas depois na forma de grandes mobilizações transnacionais. Esta é a visão de feministas como

Cinzia Arruzza (2019), Barbara Molony e Jennifer Nelson (2017), com as quais também me alinho. Apesar de Walker ter reivindicado fazer parte de uma terceira onda feminista em seu país, no início da década de 1990, podemos pensar que este era o seu desejo, mas a onda ainda não estava formada, vindo a formar-se apenas décadas mais tarde. Se usarmos o critério das “manifestações em massa” para tipificar uma onda, isso fica ainda mais evidente, inclusive para os Estados Unidos.

Em uma escala mais global, a segunda onda pode ser pensada como estendendo-se por um longo período (de 1940 até o início do século XXI), assim como ocorrera com a primeira. Talvez seu ponto mais visível tenha sido as manifestações de rua das décadas de 1960 e 1970, em determinados países, mas ela seguiu refletindo no campo das artes, na formação de centros de pesquisa sobre a condição das mulheres, em milhares de publicações, no ingresso de feministas em variadas instâncias de poder, na mudança de leis e costumes, no amadurecimento de discussões e teorias etc.

Na virada do século XX para o XXI havia uma forte presença do feminismo em todos os continentes e uma forte atuação de feministas jovens, muitas delas engajadas nas mídias sociais (Facebook, Twitter, Instagram, Tumblr, YouTube e blogs). O uso das mídias sociais para mobilização ou conscientização tem sido uma característica marcante dessa nova onda.

Pautas antigas foram acentuadas, de acordo com o contexto das jovens feministas. Para aquelas a quem o acesso à educação, ao saneamento, ao aborto seguro, ao divórcio, à mobilidade básica estavam garantidos por lei, foi possível focar mais intensamente em outras questões. Para as que não viviam esse tipo de realidade, foi necessário seguir lutando por direitos mínimos de cidadania. Outras pautas seguiram sendo comuns à maioria: a luta contra a exploração, a violência física e psicológica, o feminicídio, a discriminação no trabalho, as jornadas duplas ou triplas, os privilégios masculinos.

No ano de 2000, foi organizada a Marcha Mundial de Mulheres, um movimento feminista internacional que contou com a adesão de seis mil grupos de mais de 150 países e que produziram um documento assinado por 5 milhões de pessoas, entregue de forma simbólica à ONU. Dentre as principais reivindicações estavam o enfrentamento da pobreza e da violência contra as mulheres. A Marcha seguiu, desde então, organizada de forma global e com atividades nacionais. No Brasil, este ano também marcou a primeira Marcha das Margaridas, que reuniu cerca de 20 mil agricultoras, quilombolas, indígenas, pescadoras e extrativistas que lutam contra a fome, a pobreza e a violência sexista e defendem o desenvolvimento sustentável, a justiça social e a democracia.

As questões do assédio (na rua, no trabalho, no transporte público, nos espaços de lazer), da misoginia, das agressões sexuais e dos estupros apareceram como motor de várias manifestações virtuais e de rua pelo mundo (Índia, Canadá, Chile, EUA, China, Filipinas). No Brasil foram exemplo disso as campanhas #MeuPrimeiroAssédio, #MeuAmigoSecreto e #AgoraÉQueSãoElas e no plano mais global pode-se citar o movimento #MeToo, que resultou em mais de 12 milhões de postagens virtuais em apenas vinte e quatro horas, em abril de 2017. As postagens incentivaram o debate sobre o assédio e a cultura do estupro. Apesar da ênfase dada a importantes figuras da mídia, trata-se de um problema generalizado e agudo vivido por mulheres dos mais variados segmentos, nos lares e nos ambientes de lazer e trabalho, submetidas, muitas vezes, a relações abusivas por seus familiares, chefes e colegas.

Manifestações contra a violência sexual e o feminicídio despontaram nas ruas de inúmeros países, como ocorreu em 03 de junho de 2015 em oitenta cidades argentinas sob a bandeira “Nenhuma a Menos”. As manifestações repetiram-se nos anos seguintes e estenderam-se pela América Latina (Uruguai, Chile, Brasil, Equador, Colômbia, Venezuela, Perú, Nicarágua), atingindo também a Europa (Itália, França, Alemanha, Turquia, Bélgica). Da mesma forma, a luta pela garantia de direitos



reprodutivos levou às ruas de São Paulo 15 mil brasileiras para barrar um Projeto de Lei (5069/2013) visando restringir o direito ao aborto previsto em lei. O episódio passou a ser conhecido como “primavera feminista” ou “a primavera das mulheres” e foi organizado nas redes sociais.

No dia 08 de março de 2017, um dia global de mobilização e greves de mulheres foi organizado por um feminismo transnacional, vindo a chamada a se repetir nos anos seguintes. A Espanha registrou uma enorme manifestação em 2018, assim como a Argentina e a Itália. As greves pontuaram, em especial, a precarização crescente do trabalho, a desigualdade salarial, as atividades de cuidado não pagas, os feminicídios, a violência de gênero, os encarceramentos em massa, o racismo, a destruição dos ecossistemas e a mudança climática, dentre outros. Defenderam, igualmente, a autodeterminação, a liberdade sexual e o acesso ao aborto seguro e legal nos países em que isso não ocorria.

Em junho 2018, uma “maré verde” formou-se em torno do congresso argentino, com cerca de um milhão de pessoas, na grande maioria mulheres, demandando o aborto legal, seguro e gratuito. No mesmo ano ocorreu o que pode ter sido a maior manifestação de rua da história do Brasil protagonizada por mulheres, resultante de uma mobilização feminista em rede. Sob o *slogan* #EleNão, as brasileiras manifestaram-se em 160 cidades, incluindo as maiores capitais do país (São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador), com o intuito de impedir o avanço de um candidato à presidência abertamente misógino, homofóbico, racista e antidemocrático. No facebook, o grupo “Mulheres Unidas contra Bolsonaro” chegou a contar com mais de três milhões de integrantes. Em março de 2020, uma manifestação de quase dois milhões de mulheres ocupou a praça central de Santiago, no Chile, denunciando e posicionando-se contra a violência sexual.

A irrupção da pandemia causada pelo coronavírus no ano de 2020 levou à brusca diminuição das grandes manifestações de rua que vinham marcando as duas

décadas do século XXI, mas a onda feminista que se formou segue ativa nas redes sociais. O uso de blogs, sites, páginas e perfis nas redes sociais segue em funcionamento para criar conscientização e aprofundar debates.

Apesar das diferenças de contexto e de experiência de militância, vários grupos de feministas têm produzido uma agenda interseccional pautada nas lutas anti-sexistas, anti-racistas, anti-capitalistas, anti-homofóbicas, decolonialistas e ecofeministas. Possuem em comum o enfrentamento de formas complexas e entrelaçadas de violência e opressão perpetradas por um sistema que poderíamos chamar de patriarco-capitalo-racista de dominação. Para enfrentá-lo, uma articulação internacional tem sido organizada e fortalecida a cada ano.

Quais serão os rumos dessa terceira onda ainda é difícil prever. Possivelmente novos arranjos e ideias surgirão em seu bojo, assim como pautas antigas seguirão revisitadas visto a realidade social seguir marcada por desigualdades, opressões, explorações e violências que afetam profundamente a vida de milhões de mulheres.

### **A metáfora da onda nos é útil?**

Narrar as movimentações feministas pelo mundo por meio da metáfora da onda pode suscitar problemas, dependendo da maneira como essas narrativas são construídas. Além do que já foi citado na primeira seção deste texto, e que diz respeito à uma narrativa focada apenas em um grupo de mulheres brancas, de determinada classe e local geográfico, Nancy Hewitt (2010) aponta para um outro perigo: o das narrativas que produzem “zonas livres de feministas”, ao focarem apenas em determinadas décadas consideradas as décadas “da onda”. Uma outra questão importante diz respeito à crença em um “progresso” do pensamento ou das posturas feministas. Tal crença tende a diminuir ou desqualificar a ação de feministas de tempos passados ao mesmo tempo que corre o risco de considerar as suas pautas como superadas.

Apesar dos problemas apontados - e, com certeza, poderemos nomear outros -, a metáfora da onda possui uma força imagética capaz de criar conexões com o passado e com o futuro em meio à luta de variadas gerações de feministas, em sua grande diversidade, resistência, criatividade e força. Ela nos permite inscrever diferentes gerações de feministas - e seus esforços - em uma longa e contínua história de lutas contra a discriminação, a opressão e a exploração, assim como pela melhoria das condições de vida e aquisição ou manutenção de direitos civis. Muitas vezes essas lutas avançam pelo tecido social de forma arrebatadora e, em determinados momentos, recuam ou diminuem em força - como ocorre nos momentos de refluxo da água do mar. Contudo, a metáfora da onda nos permite pensar, igualmente, que o feminismo não desaparece nos momentos em que não há grande movimentação na cena pública, mas segue em atividade, possivelmente re-organizando-se e ganhando suficiente força para um novo e significativo avanço. Tempos de “calmaria” (ou de perseguição e silenciamento) não implicam, necessariamente, o fim da indignação, da esperança e do desejo de melhorar as condições de vida materiais e simbólicas nas quais nos encontramos.

### Bibliografia citada

ANAND, Tara (2018). A Brief Summary of the First Wave of Feminism. *Feminism in India*. Intersectional Feminism – Desi Style. 24 de abril de 2018. Recuperado de: <<https://feminisminindia.com/2018/04/24/summary-first-wave-of-feminism/>>. Acesso em: 10 de setembro de 2020.

ARRUZA, Cinzia (2019). Das Greves de Mulheres para um Novo Movimento de Classe: A Terceira Onda Feminista. *Desacato*, 04 de fevereiro de 2019. Recuperado de: <<http://desacato.info/das-greves-de-mulheres-para-um-novo-movimento-de-classe-a-terceira-onda-feminista/>>. Acesso em: 23 de setembro de 2020.

BADRAN, Margot & COOKE, Myriam (orgs.) (1990). *Opening the Gates, a Century of Arab Feminist Writing*, Londres, Virago Press.

BARD, Christine & CHAPERON, Sylvie (dir.) (2007). *Dictionnaire des féministes, France, xviii-xxie siècle*, Paris.

BASU, Amrita (2013). Globalization of the Local/Localization of the Global: Mapping Transnational Women's Movements. In: McCann, C. R. & Kim, S.-K. (eds.). *Feminist Theory Reader: Local and Global Perspectives*, (3rd ed.). New York: Routledge.

BLAIN, Keisha (2016). Emerging Feminisms. A Historical Note: Pan-African Feminist Adelaide Casely Hayford. *The feminist wire*. 28 de março.

BRIATTE, Anne-Laure (2020). Féminismes et mouvements féministes en Europe. *Encyclopédie pour une histoire numérique de l'Europe*. Recuperado de: <<https://ehne.fr/node/12314>>. Acesso em: 10 de setembro de 2020.

FRAISSE, Geneviève (1989). *Muse de la raison: la démocratie exclusive et la différence des sexes*. Paris: Gallimard.

FREEMAN, Jo (1972). The Women's Liberation Movement: Its Origins, Structures and Ideas. *Recent Sociology*, nº4: Family, Marriage, and the Struggle of the Sexes. New York: The Macmillan Co., pp. 201-216.

GRADY, Constance (2018). The waves of feminism, and why people keep fighting over them, explained. *Vox*. Recuperado de: <<https://www.vox.com/2018/3/20/16955588/feminism-waves-explained-first-second-third-fourth>>. Acesso em: 10 de setembro de 2020.

GOODMAN, Donna (2019). The untold side of second wave feminism: a multinational, politically diverse movement. *Liberation School*. 21 de março de 2019. Disponível em: <<https://liberationschool.org/feminism-and-the-mass-movements-1960-1990/>>

HEMMINGS, Clare (2009). Contando Estórias Feministas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 17(1), janeiro-abril, pp.215-241. Recuperado de: <<file:///Users/ilze/Downloads/11690-Texto%20do%20Artigo-35706-1-10-20091013.pdf>>. Acesso em: 7 de outubro de 2020.

HEWITT, Nancy A. (ed.) (2010). *No Permanent Waves: Recasting Histories of U.S. Feminism*. Nova Jersey/London: Rutgers University Press.

HOOKS, bell (2015). Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº16, pp. 193-210.

HOOKS, bell (2018). *O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras*. São Paulo: Rosa dos tempos.

LA COLECTIVA del Rio Combahee. Una declaración feminista negra (1977/1988). In: Moraga, C. & Castillo, A. *Esta puente, mi espalda: voces de mujeres tercermundistas en los Estados Unidos*. San Francisco: Ism Press.

LA LIBÉRATION des Femmes: Année Zéro (1970). *Partisans*, n° 54-55.

MARCELINO, Giovanna Henrique (2016). Especial Juntas: As Sufragistas e a Primeira Onda do Feminismo. *Juntos. Coletivo de juventude*. 13 de janeiro de 2016.

Recuperado de: <<https://juntos.org.br/2016/01/especial-juntas-as-sufragistas-e-a-primeira-onda-do-feminismo/>>. Acesso em: 12 de setembro de 2020.

MOLONY, Barbara & NELSON, Jennifer (org.) (2017). *Women's Activism and "Second Wave" Feminism*. London/New York: Bloomsbury.

MONQID, Safaa (2016). Mouvements féminins et féministes en Égypte: rétrospective et histoire d'une évolution (fin XIXème siècle à nos jours), *Insaniyat*, 17, pp. 73-49.

Recuperado de: <<https://journals.openedition.org/insaniyat/16591>>. Acesso em: 12 de setembro de 2020.

MUSEUM and Heritage (2018). *Women and Power: The struggle for women's suffrage in the UK*. 06 de fevereiro de 2018. Recuperado de:

<<https://advisor.museumsandheritage.com/features/women-power-struggle-womens-suffrage-uk/>>. Acessado em: 12 de agosto de 2020.

NAKAYI, Rose; TWESIIME-KIRYA, Monica & KWAGALA, Dorothy (2005). The Women's movement in Africa: creative initiatives and lessons learnt. *East African Journal of Peace and Human Rights*, vol.11, n°2, pp. 265-302.

OFFEN, Karen (1988). *Defining Feminism: A Comparative Historical Approach*. *Signs*, vol.14, n°1.

RACHIDI, Soukaina (2019). Huda Sharawi: A Remarkable Egyptian Feminist Pioneer. *Inside Arabia. Voice of the Arab People*. 06 de julho. Recuperado de:

<<https://insidearabia.com/huda-sharawi-a-remarkable-egyptian-feminist-pioneer/>>. Acesso em: 12 de setembro de 2020.

RAMDANI, Nabila (2013). Women in the 1919 Egyptian Revolution: From Feminist Awakening to Nationalist Political Activism. *Journal of International Women's Studies*. Vol. 14, n°2, p. 39-52, março de 2013. Recuperado de:

<<http://vc.bridgew.edu/jiws/vol14/iss2/5>>. Acesso: 03 de outubro de 2020.

RICH, Adrienne (1986). *Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence*. In: Rich, A. *Blood, Bread, and Poetry: Selected Prose 1979-1985*. W.W. Norton & Company.

ROCHEFORT, Florence (2018). *Histoire mondiale des féminismes*. Paris: PUF (coleção "Que sais-je?").

TABAK, Fanny (1985). A Década da Mulher como forma de participação e pressão política – Avaliação e Balanço. Trabalho apresentado na IX Reunião Anual da ANPOCS, GT Mulher e Política.

TURGEON, Charles (1902). *L'Émancipation politique et familiale de la femme* (vol. 1) e *L'Émancipation individuelle et sociale de la femme* (vol.2). Paris: Larose.

WALKER, Rebecca (1992). Becoming the Third Wave. *Ms.*, pp. 39-41.

ZIRBEL, Ilze (2007). *Estudos feministas e estudos de gênero no Brasil*. (Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis). Recuperado de: <[https://www.academia.edu/3598911/Estudos\\_feministas\\_e\\_estudos\\_de\\_g%C3%A1nero\\_no\\_Brasil](https://www.academia.edu/3598911/Estudos_feministas_e_estudos_de_g%C3%A1nero_no_Brasil)>.

### **Bibliografia complementar**

ADICHIE, Chimamanda Ngozi (2019). *O perigo de uma história única*. Companhia das Letras.

CAZARRÉ, M. (2015). A quarta onda do feminismo nasce em 2015. *Revista Brasileiros*. Disponível em: <<http://brasileiros.com.br/2016/01/quarta-onda-feminismo-nasce-em-2015>>.

DE LEÓN, Victoria Sendón (2019). Nosotras las mujeres: El feminismo postgénero de la Cuarta ola. *Mujeres en Red*, Claves de feminismo. Disponível em: <<http://www.mujeresenred.net/spip.php?article2355>>

EVANS, Elizabeth (2015). *The Politics of Third Wave Feminisms: Neoliberalism, Intersectionality, and the State in Britain and the US*. London: Palgrave Macmillan.

FRANCHINI, B. S. (2017). O que são as ondas do feminismo? In: *Revista QG Feminista*. Disponível em: <<https://medium.com/qg-feminista/o-que-s%C3%A3o-as-ondas-do-feminismoeeed092dae3a>>. Acesso em: 12 de agosto de 2020.

GONZALES, Mariana (2017). Quarta onda do feminismo é tipicamente latino-americana, diz fundadora do Ni Una Menos. *Revista Cult*, novembro de 2017.

KIRA, Cochrane (2013). The Fourth Wave of Feminism: Meet the Rebel Women. *The Guardian*, 10 de dezembro de 2013.

MATOS, Marlise (2014). Quarta onda feminista e o Campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político. *Encontro Anual da ANPOCS*, 2014. Anais. Caxambu.

MONTES, Rocio; CENTENERA, Mar; BREÑA, Carmen Morán; SINGER, Florantonia e MIRANDA, Wilfredo Miranda (2020). Feminismo finca raízes na política da América

Latina. El País. 08 de março de 2020. Disponível em:  
<<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-03-08/feminismo-finca-raizes-na-politica-da-america-latina.html>>. Acessado em: 12 de agosto de 2020.

NICHOLSON, Linda (2013). Feminism in “Waves”: Useful Metaphor or Not?. In: McCann, C. R. & Kim, S.-K. (eds.). *Feminist Theory Reader: Local and Global Perspectives*, (3rd ed.). New York: Routledge.

PEREZ, Olívia e RICOLDI, Arlene (2018). A quarta onda do feminismo? Reflexões sobre movimentos feministas contemporâneos. Comunicação, GT8 - Democracia e desigualdades, 42º *Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu.

RODRIGUES, Carla (2017). Dossiê: A quarta onda do feminismo. *Revista Cult*, junho de 2017.

WALKER, Rebecca (1992). “Becoming the Third Wave”, *Ms*. Disponível em:  
<<https://msmagazine.com/2002/05/04/becoming-the-third-wave/>>.